

JUSTIFICATIVA PARA ADOÇÃO DA FORMA PRESENCIAL – CONCORRÊNCIA/PREGÃO PRESENCIAL

Considerando o disposto no **art. 17, §2º, da Lei nº 14.133/2021**, segundo o qual as licitações serão realizadas preferencialmente sob a forma eletrônica, **admitida a utilização da forma presencial desde que motivada**, com registro em ata e **gravação em áudio e vídeo** [Planalto](#), a Administração Municipal apresenta motivação técnica e circunstanciada para adoção da forma presencial no presente certame.

O Município de Nova Olinda do Norte/AM possui **pequeno porte populacional**, com características típicas de município do interior do Estado do Amazonas, e apresenta limitações estruturais relacionadas à conectividade, o que impacta diretamente a realização de sessões eletrônicas síncronas, especialmente em procedimentos que exigem estabilidade contínua para lances, registro de eventos e competitividade em tempo real. [IBGE+1](#)

No âmbito administrativo, foram registradas **instabilidades recorrentes** da conexão de internet na sede do Município e nos órgãos de apoio à contratação, com intercorrências que, em certames eletrônicos, podem gerar: (i) prejuízo à isonomia (participantes desconectados em momentos relevantes), (ii) necessidade de suspensão/remarcação do certame, (iii) aumento do risco de impugnações e judicialização, e (iv) atraso na contratação, com impacto direto sobre políticas públicas essenciais.

Verificou-se, por meio de levantamento administrativo e registros de atendimento aos interessados, que parcela relevante dos fornecedores locais apresenta limitada capacidade operacional para participação em plataformas eletrônicas (a exemplo do ambiente Licitanet, ComprasGov, BLL e outros), seja em razão da ausência de profissionais devidamente capacitados, seja em virtude de restrições de infraestrutura, como acesso à internet estável, disponibilidade de equipamentos adequados e certificação digital. Ressalte-se que o Município envida esforços contínuos para cumprir as determinações do Tribunal de Contas da União (TCU), especialmente no que se refere à utilização de plataformas eletrônicas nas contratações custeadas com recursos federais. Todavia, no contexto local, a adoção irrestrita desses meios mostra-se, por ora, inviável para todas as contratações, diante das dificuldades operacionais e da necessidade de maior capacitação dos agentes envolvidos. Nesse cenário, a exigência generalizada do uso de plataformas eletrônicas pode, inclusive, resultar em redução concreta da competitividade, em contrariedade ao objetivo de ampliar a disputa e assegurar a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

Além disso, cumpre destacar que a realidade enfrentada por municípios de menor porte ou com limitações estruturais impõe a necessidade de adoção de soluções que conciliem o atendimento às diretrizes dos órgãos de controle com as condições efetivamente existentes no âmbito local. Embora o uso de plataformas eletrônicas represente um avanço significativo em termos de transparência, rastreabilidade e ampliação da competitividade em cenários ideais, sua implementação exige não apenas

infraestrutura tecnológica adequada, mas também investimento contínuo em capacitação dos servidores públicos e dos próprios fornecedores.

No contexto em análise, observa-se que muitos fornecedores locais, que tradicionalmente atendem às demandas da Administração, ainda operam com estruturas simplificadas, o que dificulta sua adaptação imediata às exigências dos ambientes digitais de contratação. A exclusão desses participantes, ainda que indireta, pode acarretar concentração de mercado, redução da concorrência e, conseqüentemente, prejuízo à obtenção da proposta mais vantajosa.

Ademais, é importante considerar que a transição para o meio eletrônico deve ocorrer de forma gradual e planejada, acompanhada de ações de suporte técnico, capacitação e inclusão digital, tanto para os agentes públicos quanto para os particulares interessados em contratar com o Poder Público. Nesse sentido, a Administração Municipal tem buscado evoluir progressivamente na adoção dessas ferramentas, priorizando, conforme já mencionado, as contratações vinculadas a recursos federais, em consonância com as orientações do Tribunal de Contas da União (TCU).

A adoção criteriosa e contextualizada dos meios eletrônicos, longe de representar resistência à modernização, evidencia a preocupação da Administração em assegurar que os procedimentos licitatórios atinjam sua finalidade precípua: garantir ampla competitividade, isonomia entre os participantes e a seleção da proposta mais vantajosa, sem desconsiderar as particularidades e limitações do ambiente local.

Diante desse cenário, e visando **preservar a competitividade, a ampla participação e a segurança procedimental**, a Administração opta, **de forma excepcional e motivada**, pela realização do certame **na forma presencial**, sem prejuízo do cumprimento integral dos deveres de transparência.

Para mitigar riscos inerentes ao procedimento presencial e reforçar a lisura do certame, ficam desde já estabelecidas as seguintes salvaguardas:

1. **Gravação integral em áudio e vídeo** da sessão pública, com arquivamento e disponibilização para controle interno e externo, nos termos do art. 17, §2º, da Lei nº 14.133/2021; [Planalto](#)
2. Lavratura de **ata circunstanciada**, contendo registro detalhado de participantes, propostas, lances, ocorrências e decisões da condução do certame;
3. Publicidade reforçada do edital e anexos no **PNCP**, no **DOM/AM** e no portal oficial do Município, com observância dos prazos legais;
4. Regras claras de credenciamento e de apresentação de propostas, assegurando igualdade de condições entre todos os interessados.

Ressalta-se que a Administração Municipal **não renuncia ao uso do meio eletrônico**, o qual é adotado sempre que presentes as condições técnicas e operacionais adequadas; contudo, **no caso concreto**, em razão da realidade local de conectividade e do perfil do mercado fornecedor, a forma presencial mostra-se a alternativa mais segura



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLINDA DO NORTE
CNPJ: 04.477.600/0001-04
COMISSÃO MUNICIPAL DE CONTRATAÇÃO – CMC



para preservar competitividade, continuidade administrativa e efetividade da contratação.



P R E F E I T U R A M U N I C I P A L D E
NOVA OLINDA DO NORTE
P O R N O S S A T E R R A , P O R N O S S A G E N T E !